

# MULHERES POBRES NO ENSINO SUPERIOR: QUESTÕES DE GÊNERO E TERRITORIALIDADE URBANA E ASPECTOS DE TRANSCENDÊNCIA E O CONSENTIMENTO

Estela Martini Willeman (martiniwill@yahoo.com.br)

PUC-Rio/ UNISUAM/INEP . Agência Financiadora: CAPES

*“Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.” (MARX, 1982: 25).*

**Resumo:** Este trabalho é um fragmento da análise contida na tese de doutorado em Educação desenvolvida entre 2009 e 2013 cujo título é “Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ”. Parte-se de uma opção teórico metodológica e ético política ancorada no método crítico dialético onde o problema de investigação trata não apenas de entender quais as principais tensões e questões que envolvem a escolha destas mulheres por acessar a educação de nível superior, mas as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que influenciam nesta escolha e em sua permanência. A pesquisa tem caráter qualiquanti e utiliza-se de questionários e entrevistas semi-estruturadas com 12 estudantes mulheres três diferentes cursos e, com o recurso da triangulação, procura cotejar os dados com a análise documental (SIS, Censo da Educação Superior, e outras) e bibliográfica (Marx, Gramsci, Mészáros, Frigotto, Cunha, Alves, etc). Os resultados indicam que as estudantes, diante das condições vivenciadas são submetidas a um processo de longa duração de alienação que redundam em grandes desafios de ordem política, identitária e material com o predomínio de uma violência consentida e construída ao longo da história da região em consonância com processos maiores de nível nacional.

O presente trabalho é fruto de minha tese de doutoramento em Educação na PUC-Rio desenvolvido entre 2009 e 2013 sob a orientação da professora Vera Candau intitulado “Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ” e desenvolve como tema as condições de acesso e permanência de mulheres oriundas de periferias urbanas, em específico, Duque de Caxias - Baixada Fluminense, à educação superior.

Partiu de uma opção teórico metodológica e ético política ancorada no método crítico dialético, que privilegia a compreensão da totalidade e não alguns de seus fragmentos isoladamente. Assim, o problema de investigação trata não apenas de entender quais as principais tensões e questões que envolvem a escolha destas mulheres por acessar a educação de nível superior, mas as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que influenciam nesta escolha e em sua permanência.

Parece fundamental compreender o sentido que esta experiência tem para estes sujeitos, a fim de pensar o lugar da educação superior na construção de alternativas para eles. Esta, então, é uma relevante preocupação ao investigar a realidade social do *ethos* da Baixada Fluminense, as relações de poder aí existentes, os elementos que compõem este panorama atualmente, e seus condicionantes culturais, éticos, históricos, econômicos, políticos, e sua relação com o conhecimento teórico, já que a teoria tem uma instância de verificação da sua *verdade: a prática social e histórica*, fazendo conexões entre as diferentes formas de desenvolvimento de natureza ontológica. Esta concepção da vida material é muito importante porque desanuvia formas de leitura da realidade social que implicariam em reducionismos ou reproduções de leituras já feitas de outras realidades. Compreender a totalidade concreta significa apreender o concreto, e o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. A ação dos homens é inestimável para a alteração dos processos sociais (inclusive vem daí a noção de processos sociais: não de fatos ou fenômenos sociais estáticos e estéreis), entretanto, ela se dá de acordo com condições determinadas historicamente e a partir de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas (que são síntese de diversas determinações como a política, o nível de desenvolvimento da sociedade civil, a cultura, etc). Daí deriva que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas porque, adquirindo diferentes forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, com isto, alteram a maneira de ganhar a sua vida, e, conseqüentemente, transformam todas as suas relações sociais.

A tese se estruturou em três eixos principais de discussão que se entrecruzam de maneira dinâmica e complexa: territorialidade, educação superior e gênero. Teve como objetivos identificar a percepção destas mulheres sobre a existência de políticas sociais em Duque de Caxias relacionadas à educação e às relações de gênero e políticas sociais públicas voltadas para as mulheres bem como a existência de organizações sociais de outra natureza e redes de mobilizações com os mesmos objetivos; descrever o perfil sócio econômico de mulheres em cursos de nível superior em Duque de Caxias; analisar a trajetória de mulheres de Duque de Caxias cursando o ensino superior, as dificuldades que enfrentam, assim como o que facilita e/ou mobiliza sua permanência nos cursos escolhidos; compreender o papel e o sentido da educação para mulheres de Duque de Caxias e como as instituições formais influenciam nesta construção nos dias atuais (Estado, família, escola, religião). Como suporte teórico, baseou-se, sobretudo, na contribuição de autores marxistas na intenção de compreender a realidade social como fato histórico, dinâmico, complexo e substrato da totalidade. Desenvolvi uma pesquisa empírica de caráter qualitativo e quantitativo, através de questionários e entrevistas semi-estruturadas com estudantes mulheres de uma Instituição de Educação Superior em Duque de Caxias de três diferentes cursos e, com o recurso da triangulação, procura cotejar os dados com a análise documental e bibliográfica.

Os resultados da investigação apontaram para a constatação que as estudantes, diante das condições objetivas e subjetivas na consecução de seus cursos de educação superior em Duque de Caxias, são submetidas a um franco processo de longa duração de alienação que redundando no enfrentamento contínuo de vivências complexas e não óbvias de grandes desafios de ordem política, identitária e material com o predomínio de uma violência consentida e construída ao longo da história da região em consonância com processos maiores de nível nacional.

Duque de Caxias se constitui enquanto um território geográfico único, com uma historicidade própria, que o define como município periférico e violento dotado de características particulares que determinam sua lógica de funcionamento até os dias atuais e, portanto seu *ethos*, conforme sugerido na hipótese de pesquisa. Segundo este *ethos*, as atividades de participação política nesta territorialidade, caracterizada por ser um território que obedece em vez de mandar (SANTOS, 2000), foram e são, institucional ou parainstitucionalmente, silenciadas, formando um terreno próspero para a dominação de certos pequenos grupos de poder político e econômico, atendendo à lógica capitalista de dominação para exploração a qualquer custo. De acordo com a pesquisa feita, a violência,

característica fundamental da formação da região, jamais deixou de ser o elemento definidor das condutas políticas, assim como o medo por parte da população e o consequente desestímulo desta à participação nas decisões políticas e econômicas do município. Tão grave quanto este aspecto, foi perceber a legitimação da população a esta violência e, em muitos casos, sua reprodução pelos mesmos sujeitos que a sofrem. Pensar numa democracia, nestes termos, continua sendo, conforme Wood (2010), uma utopia.

Aliados à lógica neoliberal de diminuição do Estado para o social e maximização dos lucros dos grandes proprietários de capital, estes elementos redundam num município com vultosa arrecadação de impostos, onde ainda persistem níveis altíssimos de desigualdade e miséria e onde a prática política ainda parece irrelevante para a classe dominante e inacessível para a classe dominada (OLIVEIRA, 2000 *apud* LEABAUPIN, 2006).

No que se refere à Educação Superior e as políticas sociais públicas relacionadas deve ser colocada em relevo a importância e o lugar da formação acadêmica de nível superior não apenas enquanto adestramento para o mercado de trabalho, função e ela delegada pela prédica capitalista; mas como possibilidade de aquisição de saberes e reflexões para a condução da própria vida enquanto atores sociais. Com as profundas reformas processadas nas últimas décadas, o modelo imposto ao Brasil e aos países considerados periféricos, mesmo nas universidades públicas, é o da educação baseada na razão técnico instrumental, aligeirada e direcionada ao mercado de trabalho. Este elemento pode ser confirmado com a perspectiva do Estado na escolha do investimento na construção de IES a partir do critério geográfico, ficando as regiões periféricas com quantitativos de cursos muito aquém do que se investe nas regiões ricas e centrais do estado do Rio de Janeiro, mesmo depois do REUNI. Ainda o PROUNI guarda como elemento fundamental tem a tarefa de fomentar com fundos públicos a empresa privada e não oferece cursos com a mesma qualidade que a oferecida nas IES públicas, conjugando o tripé ensino-pesquisa-extensão, ou mesmo as modalidades de cursos oferecidas nestas últimas. Em artigo escrito para o Jornal *Le monde diplomatique* de março de 2013, o educador Roberto Leher denuncia que o valor investido pelo Estado nos estudantes do PROUNI (IES privadas) seriam superiores aos das IES públicas, demonstrando a intencionalidade do Estado no desmonte destas.

Neste panorama, o que se percebe é que, dadas as fortes interferências das instâncias internacionais de controle dos países dependentes, sobretudo o Banco Mundial, o ensino superior no Brasil tende a figurar como um sonho se for desejado como investimento numa

formação humana, emancipada e crítica. Hoje, a grande tendência para todos os níveis de educação, não apenas a superior, tem sido uma educação mercadoria, adestradora, unicamente técnica, utilitarista e vista exclusivamente como meio de ascensão econômica pelas classes mais empobrecidas. Sem condições críticas de construir objetivar mediações a respeito desta totalidade neste bloco histórico, a compreensão, posicionamento e superação deste quadro parece distante para além de conquistas pessoais e subjetivas.

Cabe também trazer à lauda as discussões teóricas e as consequências políticas da formação e transformação da categoria analítica gênero, bem como o trajeto dos movimentos de mulheres no Brasil e no mundo, seus avanços e entraves. Em termos de conquistas políticas e legislativas, é possível perceber que um dos problemas mais importantes a serem enfrentados pelos movimentos de mulheres contemporaneamente é o da fragmentação do movimento, sua especialização (quando perdidas da noção de totalidade) e a privatização das políticas sociais como resposta à burocracia capitalista. A partir do paradigma da dupla opressão enfrentada pelas mulheres torna-se fundamental compreender que, além de questões ideológicas de dominação masculina de gênero, sua condição de inferioridade na sociedade deve-se à dominação capitalista. Perceber os limites dos próprios movimentos sociais impostos pela dinâmica da acumulação capitalista e a relação capital x trabalho no bojo da questão social já seria um grande avanço no tocante ao redesenho das agendas de lutas.

Se neste tópico sobre gênero, (analisando a conjuntura atual da educação superior) pude concluir que, embora ingressem em maior número e mesmo que se formem em maior número que os homens, estes quantitativos não significam, no entanto, uma mudança estrutural na condição das mulheres no Brasil: as mulheres ainda não ocupam as vagas nas universidades de forma equitativa, ou seja, concentram-se nos cursos de menor prestígio social e econômico, em geral, cursos que significarão em suas profissões, carreiras com menores salários e status que os homens. Note-se que este dado é conjuntural e revela a dinâmica histórica e social das últimas décadas, prometendo, ainda, muitas mudanças.

Comparando-se tais dados com as informações coletadas em campo através das entrevistas, pode-se verificar qualitativamente que o “passar” pela universidade não produz significativas transformações políticas em suas vidas do ponto de vista de consciência de classe. Em se tratando de gênero, a percepção é próxima de significância nenhuma nos cursos em que se processou a presente investigação, embora sejam cursos da área de humanidades e

que possivelmente gerarão profissionais que lidarão com tais questões em seu cotidiano profissional.

Segundo dados da PNAD de 2009, 37,9% da população entre 18 e 24 anos tinham 11 anos de estudo. O perfil regional das pessoas com esta faixa etária e esta quantidade de anos estudados no Brasil é encontra-se dividido da seguinte forma: a Região Norte concentra 9% das pessoas entre 18 e 24 anos de idade no país; a Nordeste: 30% ; a Região Sul: 13%; a Região Sudeste: 41% e a Região Centro-Oeste: 07%. Comparando esta concentração populacional com a concentração de pessoas entre 18 e 24 anos com 11 anos de estudos percebemos que na Região Norte 32,1% desta juventude tem 11 anos de estudos; na Região Nordeste a relação é de 31,8%; na Região Sul o percentual é de 38,2%; na Região Sudeste é de 44% e na Região Centro Oeste o percentual é de 35,1%.

Se compararmos estes percentuais considerando as diferenças de gênero, perceberemos que em todas as regiões o percentual de mulheres nesta faixa etária com 11 anos de estudo é um pouco maior que o de homens (porém, nunca passando de 9 pontos percentuais – que é o caso da Região Nordeste, onde as mulheres correspondem a 36,2% e os homens 27,3%), sendo a Região Sudeste a que concentra o maior percentual (46,4%), inclusive, acima da média do país, que é de 40,6%. A menor média está localizada na região Norte, com 33,8%. A menor relação de diferença encontra-se na Região Sul, onde 36,7% dos homens entre 18 e 24 anos tem 11 anos de estudo em contraposição a 39,7% de mulheres.

Em 2010, segundo dados disponibilizados pelo INEP no Censo de Educação Superior, no estado do Rio de Janeiro, algo se percebe claramente é que, embora o número geral de mulheres seja superior ao de homens em qualquer natureza de IES, se compararmos o percentual entre as públicas e as privadas, veremos que enquanto as mulheres são 53% das matriculadas em IES públicas; já em se considerando as IES privadas, estas são 62% do total, significando a disparidade em termos da qualidade de educação a que os diferentes sexos tem acesso, ficando as mulheres mais concentradas nas IES privadas que os homens.

Quando consideramos apenas o município de Duque de Caxias, vemos que o total de ingressantes em IES em 2010 foi de 24.052 estudantes, sendo 2.256 (9,4%) em IES públicas e 21.796 (90,6%) em IES privadas. Destes números, tivemos tanto nas IES públicas quanto nas privadas uma proporção de aproximadamente 65% de mulheres e 35% homens. Dentre os cursos das IES públicas, os com maior número de matrículas foram, em ordem decrescente, os de pedagogia, com 1.149 matrículas (sendo 972 mulheres – 84,5%); seguido por ciências

biológicas, com 183 matrículas (sendo 129 mulheres – 70,5%); física e astronomia, com 183 matrículas (sendo 132 homens – 72,1%); e geografia, com 148 matrículas (sendo 77 homens – 52%). Dentre os cursos das IES privadas, os com maior número de matrículas foram, em ordem decrescente, os de administração de empresas, com 3.949 matrículas (sendo 2.374 mulheres – 60,11%); enfermagem, com 1967 matrículas (sendo 1651 mulheres – 83,9%); direito, com 1.934 matrículas (sendo 1032 mulheres – 53,3%); pedagogia, com 994 matrículas (sendo 942 mulheres – 94,8%).

Na análise de todos os cursos, não ocupariam expressiva quantidade de matrículas os cursos considerados das ciências “duras”, ou “exatas”<sup>1</sup> já que perfizeram todos, somados, um total de 2.310 matrículas. Apenas um elemento se destacou fortemente na análise do número de matrículas destes cursos e não poderia deixar de ser observado dada sua relevância: sua imensa maioria de 1.770 (76,6 %) ter sido ocupada por homens. Ao que parece, este dado não é casual uma vez que estes cursos, além de estarem carregados de forte componente de gênero (são, no senso comum, considerados cursos com maior exigência intelectual por serem filiados às ciências exatas, e, portanto, cursos considerados “próprios” para homens) são os cursos cuja profissão tem as maiores taxas de retorno financeiro e status no país atualmente.

Ao compararmos com o município do Rio de Janeiro, a situação se repete. Estes dados parecem demonstrar ao menos dois fatos não excludentes: 1) as profissões de maior prestígio social e econômico são majoritariamente ocupadas por homens 2) as profissões cujo retorno financeiro é menor, em geral, são consideradas tipicamente femininas e as cujo retorno financeiro é maior, tem sido consideradas tipicamente masculinas. Sabe-se que as construções sociais quanto ao que é tipicamente feminino e o que é tipicamente masculino variam de acordo com os interesses dos grupos no poder e tem a função social de desestimular a concorrência e o ingresso dos demais grupos nas esferas consideradas de aquisição de poder. Estas construções, em geral, ocorrem através tanto da coibição via violência física como por via de formulações como “isto é algo masculino”; “isto não é coisa para mulher”; “você (mulher) não vai conseguir dar conta, é muito difícil pra você”.

Outro fato que evidencia as mudanças salariais das diferentes profissões ao longo da história bem como sua ocupação por gênero é retratado nas carreiras de medicina e direito, ambas ocupadas, hoje, de maneira igualitária entre homens e mulheres. Não se sabe ao certo a

---

<sup>1</sup> *Aqui, representados pelos cursos de análise de sistemas, sistemas da informação, engenharia, serviços industriais, e mineração e extração.*

ordem dos fatores, mas um fato notório é que hoje, médica(o)s e advogada(o)s já não ocupam o topo da pirâmide salarial. Conforme Cunha e Vasconcelos (2012: 111), embora venham a concluir pelo fator das diferenças educacionais (isoladamente) como fator primordial, uma fonte de diferenciais de salários é a presença de discriminação.

Embora seja o principal determinante da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil, destaca-se que, no caso da contribuição bruta, a educação foi o determinante que mais auxiliou para a queda da desigualdade, de 1995 para 2009, em 5,6 pontos percentuais. Outro fator analisado pelos autores foi a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres no quadro de pessoas empregadas no país: embora ainda sejam 44,2% - minoria absoluta, em 2009 - seu aumento foi de 4,4 pontos percentuais se considerarmos os 39,6% do ano de 1995. Entretanto, mesmo com o aumento de sua participação no mercado de trabalho, inclusive, com aumento de salários, em 2009, as mulheres brasileiras ainda recebiam um salário médio de R\$759,20, ao passo que os homens, recebiam R\$1.016,56 – configurando uma distância salarial de 26%. De nosso ponto de vista, há uma alteração no perfil dos estudantes de ensino superior a partir de um investimento federal significativo neste setor no último decênio. Concomitante a este movimento, pode ser observado um avanço em termos de abertura para a participação de movimentos sociais, incluindo aí expressivamente o movimento feminista, que teve diversas conquistas políticas de direitos formais específicos destas bandeiras.

Visando preservar a identidade das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, optei por utilizar nomes fictícios para designá-las e por não revelar o nome da instituição em que ora cursavam o ensino superior durante o processo investigativo, porém, cabe situar certas características da mesma já que o método de pesquisa aqui empregado situa, dentre outros aspectos, a importância fundamental da compreensão entre sujeito e território e as macro e micro estruturas que os determinam no processo de construção histórica. Trata-se de uma universidade pública estadual do Rio de Janeiro situada numa região central e fácil acesso, no município de Duque de Caxias – Baixada Fluminense que funciona na sede de um CIEP desativado desde o ano de 1996. O CIEP onde atualmente funciona um campus da universidade em que foram realizadas as entrevistas para a presente pesquisa em Duque de Caxias, foi um dos que foram progressivamente esvaziados e abandonados pelos governantes estaduais a partir de 1995. Na análise que se segue, tentei fazer uma separação em itens afim de preservar algum nível de organização na sistematização dos dados, porém, por vezes os elementos se cruzam, se misturam, se complementam, se repetem. Entendo que esta seja mais



uma expressão da tentativa de leitura da totalidade tal como ela se apresenta neste momento histórico e ao mesmo tempo, como herança de momentos históricos anteriores e ainda, como aspectos de longa duração. Deste modo, apresento a seguir alguns elementos que pude captar das entrevistas feitas com as estudantes de uma IES pública no município de Duque de Caxias – Baixada Fluminense. Para efeito de um perfil das entrevistadas segue um conjunto de características gerais que, na sequência, serão melhor amalhadas e correlacionadas.

A renda pessoal da maioria absoluta das entrevistadas (nove delas) conta com as bolsas que a IES proporciona e que gira em torno do valor mínimo de R\$ 200,00 e máximo de 300,00, porém, algumas tem mais de uma bolsa – somando bolsas de monitoria e/ou pesquisa e/ou bolsa da política de cotas. Uma delas também possui bolsa proveniente de estágio remunerado. A renda pessoal de nenhuma delas é superior a R\$ 1500,00. Já a renda média delas fica no valor de R\$ 468,00. Percebe-se que as estudantes mais jovens possuem ainda mais dificuldades para estudar, pois, em geral, a única renda de que dispõem é proveniente da bolsa universitária. Este fator reafirma mais ainda a importância de o Estado subsidiar a educação não apenas oferecendo o acesso formal aos assentos universitários, mas objetivando condições concretas e materiais de permanência dessas estudantes inseridas nas IES. Já a renda familiar das entrevistadas varia entre a mínima de R\$ 1000,00 (curso de matemática) e máxima de 6000,00 (curso de matemática). Este índice possui pouca relevância quando não é levado em consideração o dado composição familiar. Conjugando os dois elementos (renda familiar e composição familiar, ou seja, número de pessoas que vivem naquela residência) encontra-se a renda per capita familiar que, segundo nossos cálculos, tem seu menor índice em R\$187,50 (curso de pedagogia) e o maior em R\$ 1500,00 (curso de matemática) e tem média aritmética simples de R\$ 626,00. Este valor de renda per capita domiciliar é pouco inferior ao da média nacional (R\$ 668,00), porém, é superior à metade da população nacional (até R\$ 375) e mais que o quádruplo de 25% dos brasileiros (até R\$ 188,00) no ano de 2010, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE<sup>2</sup>, indicando, assim, no perfil das entrevistadas uma situação econômica diferenciada da maior parte da população nacional.

Levando-se em conta informações sobre a formação histórica populacional da Baixada Fluminense causou estranhamento a constatação de que todas as entrevistadas tenham nascido no estado do Rio de Janeiro bem como seus pais. Segundo dados históricos, geográficos,

---

<sup>2</sup> Conforme consultado em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2019&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1), no dia 25 de agosto de 2012 às 19:48h.

econômicos e políticos de diversas fontes bibliográficas, desde seu povoamento a Baixada Fluminense recebeu (e tem recebido) migrantes pobres de outras regiões (sobretudo do Nordeste) atraídos pelo desenvolvimento econômico ocasionado pela instalação de fortes complexos industriais na região e ainda atraídos pelo sonho projetado pela mídia de viver no sul. Autores como Barreto (2004), Alves (2006), Braz (2010), Souza (2012) salientam esta característica da origem nordestina na maioria dos moradores que compõem a região como ponto comum que, inclusive, seria um dado frequentemente acionado para explicar ou conferir uma suposta identidade baixadense. Tal verificação permite, dentre outros aspectos, supor que esta população de origem nordestina e mais pobre não chega a acessar a rede pública de educação superior. Conjugando este dado com o dado sobre condições de moradia, percebe-se que se trata de uma população de faixa econômica média para a região, não se tratando, então, dos mais pobres.

Outro elemento importante a ser avaliado é o fato de que, embora a universidade em que estudam seja em Duque de Caxias, muitas das entrevistadas residem fora deste município, em outras localidades da Baixada Fluminense. Este dado salienta, ao menos parcialmente, a inexistência ou insuficiência do número de universidades públicas na região da Baixada Fluminense, o que levaria estas estudantes a se deslocarem de seus municípios para estudar em Duque de Caxias, ou ainda, que a revelia da expansão propagandeada pelo REUNI, este programa não foi suficiente para garantir educação superior pública para os moradores da Baixada Fluminense em seu próprio local de moradia, obrigando às estudantes a longos deslocamentos para sua consecução.

Sobre as condições de moradia das entrevistadas, percebe-se que praticamente todas vivem em casas próprias e apenas uma vive em casa alugada. Este dado do perfil sócio econômico das entrevistadas revela que sua condição material converge com a média da população brasileira, de acordo com as informações colhidas pelo Censo do IBGE de 2010.

Já os dados sobre com quem vivem as entrevistadas revelam que, em média, elas vivem com mais 4 pessoas, ou seja, aproximadamente 5 pessoas vivem nestes domicílios, contando com elas; uma média superior à média nacional de 3,3 pessoas por domicílio. Um dado que se coloca como relevante na análise é o fato de nenhuma delas viver sozinha. Segundo se pôde observar, este dado pode dar indícios sobre o nível de independência financeira e emocional das mesmas conjugando-se com o dado “renda”, uma vez que nos relatos da maioria absoluta das entrevistadas a questão do transporte e da distância da IES é

fonte de grande insatisfação das mesmas. A mobilidade é um elemento importante na fala de praticamente todas as entrevistadas (dez delas). Além destas percepções das entrevistadas quanto à precariedade do transporte e da questão da saúde pública na Baixada Fluminense, somam-se outras questões que delineiam a situação estrutural de abandono político do município de Duque de Caxias, mas também de outros municípios baixadianos adjacentes que, conforme uma concepção mais geral, configura a Baixada Fluminense como um território amplo eivado de violência, não apenas no que se refere ao índice de homicídios ou outras violências mais diretamente perceptíveis ao senso comum, mas também no sentido da violação genérica de direitos individuais e/ou coletivos: direitos sociais, civis e políticos. Dada a concepção utilizada para o presente trabalho entende-se a violência como um processo muito mais complexo, abrangente e variável, não como um sujeito difuso enclausurado e causador, por exemplo, do atual “discurso histórico” (MISSE, 2006) da mídia, com reações igualmente “históricas” por parte da sociedade sem a compreensão real de suas determinações, conforme aponta Misse (2006). Segundo ele, a violência tem diversas características. Uma delas seria que *“... quem tem o poder de definir algo como violento mobiliza, no mesmo ato, no próprio movimento de definição, a demanda prática de uma contra-violência.”* P.20. Entendendo a violência como uma acusação, Misse defende que violento é um termo que sempre vai se endereçar a um outro. E, quanto mais distante for esse outro, mais fácil fica acusa-lo.

Estes elementos são fundamentais para compreender a diferença sutil do discurso das entrevistadas em dois momentos distintos de perguntas. Se, em um primeiro momento, ao serem chamadas a falar sobre “o que significa viver na Baixada Fluminense” elas descrevem uma miríade de acusações à esfera do governo estadual, municipal; em um segundo momento, quando afirmo que a Baixada Fluminense é reconhecida internacionalmente pela sua violência e lhes pergunto qual sua opinião sobre isto, imediatamente todas negam que a violência seja tão grande quanto parece, acusam outros municípios não baixadianos de serem igual ou mais violentos ainda, e até mesmo trazem declarações elogiosas da realidade vivida.

Ponto nevrálgico de análise de suas narrativas, esta discrepância no discurso revela o medo da estigmatização. Trata-se do que Barreto (2004: 47) analisa como uma dualidade composta de um “discurso para fora” e um “discurso para dentro”, dependendo da

posicionalidade<sup>3</sup> ocupada pelo ouvinte. Para Barreto (2004: 48) trata-se de uma manipulação desta identidade baixadense, que traz à tona a necessidade de negociação da realidade entre os moradores e os atores sociais considerados agentes externos. A partir dos enunciados narrativos sobre si, é possível verificar a consciência das entrevistadas quanto a possíveis situações que explicitam simbólica ou concretamente sua estigmatização por moradores de outros municípios de zonas ricas da metrópole urbana do Rio de Janeiro. Então, mesmo que inconscientemente, estas mulheres demonstram em suas falas tentativas de desidentificação com a identidade estigmatizada através do falseamento da realidade vivida e da acusação de um outro simbólico como formas de ampliação de suas chances de vida, conforme Goffman (2004). Relacionando-se, então, com as ideias de Misse (2006), o que pareceria contraditório em seus relatos ao primeiro olhar, em visão mais profunda faz muito sentido, principalmente se conjugado com o elemento de uma praticamente absoluta ausência de participação política por parte das entrevistadas. No que toca a este ponto, a pesquisa de Barreto (2004) parece coadunar com o que se pôde verificar na presente tese, tendo esta dimensão a imagem de “impureza”, “contaminação”, desonestidade, mentira e oportunismo. Contudo, outro dado apresentado pela autora aparece na presente tese de maneira esmaecida, que seria o do reconhecimento das entrevistadas quanto à importância e necessidade atual de engajamento na vida política a partir de movimentos sociais.

Já quando se menciona que a Baixada Fluminense “é vista internacionalmente” como um território violento, todas elas estão colocadas numa posição de um grupo homogêneo (Baixada Fluminense) em relação a um outro grupo externo que a julga, que seria toda a comunidade não baixadiana. De fato, a partir da fala das entrevistadas, percebe-se uma preocupação em relação ao que já se tem hoje apontado em grande escala nos estudos sobre violência urbana quanto ao fenômeno de “interiorização da violência” como consequência da política de segurança pública manifesta nas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) implementada pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Surge em suas narrativas o que se pode chamar aqui como o “efeito UPP”. Sem descartar os efeitos concretos vividos no cotidiano da comunidade baixadense a partir da implementação desta política de segurança pública no município do Rio de Janeiro, o foco da análise aqui caminha na direção de compreender na fala delas este elemento mais como um “salvo conduto” em relação à

---

<sup>3</sup> Interessante perceber a dualidade de falas das entrevistadas em uma mesma entrevista concedida a uma única entrevistadora. Ao que parece, as entrevistadas ora viam a entrevistadora como uma “igual”, ou seja, uma mulher, estudante e moradora da Baixada Fluminense; e ora a viam como um agente externo, um pesquisador, ou mesmo um acusador.

precariedade, violência e espoliação de longa duração (na verdade, fundantes da sociabilidade da Baixada Fluminense, conforme menciona Alves (2003)). Esta precariedade, violência e espoliação vividas na realidade territorial da Baixada Fluminense mais do que uma reflexão própria e realista sobre que fatores internos da Baixada Fluminense permitem que a implementação de uma Política pública em um município (Rio de Janeiro) desestabilizem o modo de viver de outro município (Duque de Caxias e a Baixada Fluminense).

A relação de denúncia que as entrevistadas mantem com o outro pode ser vista como fruto de uma vivência alienada que não pode ser superada nem na vida política (que, neste caso não parece ter significado ou estar presente), e nem na formação acadêmica. Neste sentido, parte-se do princípio gramsciano aparentemente pragmático de que quem não é parte da solução, certamente, é parte do problema já que, consciente ou inconscientemente, omissa ou ativamente, todos os atos dos sujeitos sociais contribuem para legitimar alguma configuração político ideológica de sociedade.

Na fala de uma das entrevistadas aparece um pouco desta legitimação da violência estrutural da Baixada Fluminense, configuração chamada por Alves (2003) de “totalitarismo socialmente consentido”. Entretanto, o que se percebe, junto a esta preocupação concreta relativa ao impacto das UPPs na Baixada Fluminense é um falseamento da realidade concreta em que vivem através da negação da violência histórica estrutural do próprio território em que vivem. Para a presente análise, o conteúdo concreto e subjetivo do discurso de autodefesa das entrevistadas indicaria que as mesmas não conhecem a história do local em que vivem ou, supondo que conheçam, preferam construir defesas no sentido de apontar a realidade da qual se alienam (o município central em relação ao seu – que é periférico) como piores ainda. Como hipótese para este falseamento está a reprodução alienada da realidade em que estão inseridas. Para entender esta configuração tomemos em mente algumas reflexões. Em princípio deve ser considerado que uma sociabilidade fundada na alienação produz conhecimento alienado e práticas alienadas. Isso é uma constatação com base no real e esse conhecimento falseia a interpretação da realidade já que a fala só fala da aparência fenomênica dos fatos de suas trajetórias e não da reflexão do sujeito. Ou seja, para esta pesquisa importa perceber não apenas a classe em si destas mulheres cursando ensino superior na Baixada Fluminense. Importa mais compreender se tem uma concepção de classe para si.

A situação conjugal da maioria das entrevistadas é bastante semelhante e nos permite afirmar com algum grau de confiabilidade que o empreendimento de estudar não parece combinar com o matrimônio: praticamente todas são solteiras ou separadas. No caso de Joana

(57 anos, curso de pedagogia), conseguir ingressar na Educação Superior foi o coroamento de uma verdadeira luta no sentido do convencimento do marido, que durou anos até se concretizar – na terceira vez em que ela passou no vestibular. No relato de Joana, percebe-se claramente que este casal vive sob os desígnios da ideologia de gênero, visto que a mulher admite precisar da autorização do marido para exercer seu direito de estudar (“ele deixou”, “ele não deixou”). A entrevistada jamais enfrentou o marido em busca de seu desejo. Sua estratégia foi a “insistência”. De certa forma, ao longo da entrevista, percebeu-se que a entrevistada, aos poucos, foi forjando seu espaço, sua autonomia, porém, de forma limitada e negociada, a partir de um polo inferior na relação. Cabe refletir sobre em que medida este poder exercido pelo outro polo da relação não é outorgado pelo próprio sujeito (no caso desta pesquisa, a mulher) quando “pede” que ele lhe autorize a estudar.

A situação enfrentada por Regiane, diferente, aparentemente, da de Joana, é que o marido não concordava com sua opção de estudar e achava que existia um lugar predeterminado para a mulher na família, contudo, por alguma razão, não verbalizava esta discordância a partir de sua posição de autoridade como homem, mas sim através de sua autoridade sobre si mesmo. Não dizia algo diretamente para impedi-la de estudar, mas, através de sua conduta consigo mesmo, afetava-a de modo a pressioná-la a fazer uma escolha: seu projeto mulher-acadêmica ou seu projeto mulher-esposa.

No relacionamento conjugal de Glória (negra, 39 anos, curso de Pedagogia), o afastamento do marido se deu gradativamente, concomitante a seu envolvimento com os estudos o que, segundo ela, aconteceu porque eles passaram a fazer parte de mundos cada vez mais distantes e não necessariamente por ciúmes ou outro fator, mas pela ausência total da troca de ideias sobre o vivido, sobre o experienciado.

Uma hipótese considerada relevante que também pode ser trabalhada em relação a esta recusa mais ou menos explícita dos companheiros ao investimento dessas mulheres em sua educação formal/carreira acadêmico profissional seria a da tentativa de evitar a competição intersexual no casamento. Tradicionalmente detentores da maior renda e prestígio tanto na sociedade quanto na família, os homens teriam seu lugar de confortável dominação ameaçado a partir do potencial desta nova realidade das mulheres ingressando na educação superior e ampliando suas condições de ascensão econômica e intelectual.

Embora estes aspectos aparentemente tenham sido minorados com o inegável avanço das conquistas das mulheres a partir do uso dos métodos anticoncepcionais dentre outros, percebe-se algumas permanências que permitem chamar a atual conjuntura feminina de uma renovação conservadora. Se, por um lado, já é admissível que as mulheres estudem, por outro lado, além da composição da renda familiar (ou a exclusividade no sustento da família) a elas ainda cabe exclusivamente ou prioritariamente tarefas tradicionais como o cuidado do lar, dos filhos e de si mesmas, além de cobranças de outras naturezas, como estética, cultural, de sociabilidade, etc. Um exercício crítico simples que demonstra o nível de exigências que se colocam às mulheres na atualidade seria observar apenas as capas das revistas voltadas ao público feminino e a quantidade de livros de auto ajuda também direcionados para a resolução de seus problemas contemporâneos.

Nove das 12 entrevistadas começaram relacionamentos afetivos após a entrada na Educação Superior. Algumas deixam claro para seus parceiros que entre o relacionamento afetivo e a futura carreira, possível através da graduação, elas optariam pela graduação e pela carreira em primeiro lugar, conforme relata Geórgia (20 anos, curso de matemática), “... *eu botei desde o começo, que o mais importante pra mim, era estudar e relacionamento fica pra segundo plano.*” . Tal elemento só permite entender que à mulher ainda se impõe uma conjuntura de falta de diálogo com os homens que redundam em dilemas tidos como antigos: estudar ou casar? Trabalhar ou ter filhos? Ser mãe ou mulher? Àquelas que ousam não escolher, àquelas que ousam querer muitas opções ainda é cobrado um preço altíssimo que as expõe a extenuantes cargas horárias de trabalho dentro e fora do lar; cobranças morais quanto ao cuidado dos filhos e dos mais velhos; cobranças estéticas quanto à sua feminilidade e padrão de beleza/humor/disponibilidade para o sexo, dentre outros aspectos.

Na atual conjuntura do capitalismo tardio<sup>4</sup> nos países periféricos vemos que os homens mais pobres, têm sido expulsos do mercado de trabalho<sup>5</sup> e tem dado lugar às mulheres que, sob o engodo de (neste aspecto) avanço feminista, têm assumido as mesmas funções que eles, porém, com vínculos empregatícios precários (ou totalmente inexistentes) e salários muito mais baixos. Esta situação tem ocorrido com tanta frequência que pode configurar uma

---

<sup>4</sup> Cf. Behring (2007: 23), “... a categoria capitalismo tardio em Mandel refere-se à totalidade do mundo do capital numa época em que suas tendências de desenvolvimento alcançaram a maturidade e suas contradições estão ainda mais latentes, promovendo, como nunca, **efeitos regressivos.**” (grifos originais).

<sup>5</sup> Cf. Hirata & Kergoat (2005), Sarti (2000), Safiotti (1995), Carrara (2009).

tendência contemporânea e uma das causas para tal conjuntura se dá pela soma de diversos fatores, dentre eles:

- 1- as mudanças na economia mundial em face da globalização neoliberal tem tido um efeito determinante que tem levado à migração da indústria para locais com menor regulação trabalhista, atividade laboral historicamente ocupado por homens, sobrando (em termos comparativos) o mercado de prestação de serviços, que cultural e historicamente, tem sido entendido como mais apropriado para as mulheres por suas características emocionais e de personalidade;
- 2- Nas famílias mais pobres, por muitas vezes os homens acabam abandonando os estudos em idade precoce tendo em vista ajudar a compor a renda familiar e colaborar para a subsistência do grupo. Este fato corriqueiro neste extrato social tem como consequência direta sua baixa ou nenhuma qualificação para atividades laborais, ficando seu potencial laborativo limitado, muitas vezes, à força física e a técnicas rudimentares. Neste contexto, a oportunidade de investir na educação formal (por mais precária que seja) acaba por ser maior para as mulheres que, tem tido um aumento progressivo nos últimos anos em termos de educação e qualificação formal para o trabalho;
- 3- O atual estado dos avanços nas conquistas femininas em relação à sua penetração no mercado de trabalho: ingressar no mercado de trabalho ainda é uma das lutas das mulheres em termos culturais e econômicos, o que implica numa baixa expectativa destas mulheres em relação aos salários e à formalização dos vínculos empregatícios. Ou seja: ser absorvidas em alguma atividade laboral remunerada já significa um grande avanço para elas, portanto, grande parte delas submete-se a salários inferiores aos destinados antes aos homens e com pouca ou nenhuma garantia em termos de direitos trabalhistas.

Tendo em vista este panorama, entendemos uma mudança estrutural na cultura familiar, sobretudo das famílias mais pobres, por conta de influências econômicas, ou seja, da ética capitalista. Tais mudanças implicam em algo que, aparentemente, indica um avanço feminino na representatividade e autonomia das mulheres na instituição familiar.



Quanto à questão específica da violência contra a mulher, os dados do Mapa da Violência de 2012<sup>6</sup>, em seu suplemento especial sobre homicídios contra mulheres, identifica doze dos 13 municípios da Baixada Fluminense entre o 2º. e o 33º. colocados neste quesito dentre os 93 municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo que sete deles figuravam entre os 17 municípios com maior número de homicídios notificados contra mulheres. Dentre eles está Itaguaí em 2º. lugar no estado, Japeri em 5º. e Duque de Caxias ocupa o 6º. lugar. Apenas o município de Paracambi não entrou na classificação por não fornecer dados para a pesquisa.

Quanto a estes dados há observações importantes a serem feitas para a análise mais profunda e compreensiva dos dados brutos. Em primeiro lugar, é evidente que a situação da violência contra a mulher não é uma questão regional, mas nacional já que percebe-se na mesma pesquisa que o Brasil ocupava o 7º. lugar em 2009 na classificação mundial do mesmo índice com 4,4 mulheres assassinadas em cada 100 mil num conjunto de 84 países pesquisados pela OMS – Organização Mundial de Saúde. Em segundo lugar, deve ser observado que o índice refere-se especificamente à taxa de homicídios contra mulheres e não aos variados tipos de violência contra a mulher e menos ainda à violência de gênero, em específico. Este índice por si só já se refere a uma situação bastante específica que varia em sua motivação de região para região, dadas as configurações locais.

Uma constatação que nos remete à realidade da violência doméstica contra a mulher motivada por questões de gênero é a subnotificação. É uma constatação nos estudos sobre este tema que, por muitos e diferentes fatores, um percentual elevado de mulheres não notifica as violências sofridas ou, quando o faz, depois retira a queixa. Por medo das possíveis reações do(a) companheiro(a), da ineficiência do Estado no cumprimento à lei, pela falta de apoio da família nuclear e extensa, por não conhecer seus direitos ou por acreditar que deve sofrer tal violência, muitas mulheres não notificam os casos em que são alvo deste tipo de violência<sup>7</sup>. A vergonha, a dependência material e econômica e a dependência psicológica figuram como alguns dos pontos altos motivadores da subnotificação. Com a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, e o conseqüente impedimento de as mulheres fazerem este procedimento

---

<sup>6</sup> Cf. <http://mapadaviolencia.org.br/>.

<sup>7</sup> Dentre os diversos dispositivos criados pela ideologia de gênero, está a crença de que se a mulher sofre algum tipo de violência, o agressor teve algum motivo para fazê-lo, ela deu algum motivo – como se diz na expressão popular. Muitas vezes estas crenças são alimentadas ao longo da socialização de todos os indivíduos de modo que até mesmo as mulheres a internalizam e a reproduzem como válidas. Há ditados do senso comum que reafirmam esta crença como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, tornando o fato limitado à esfera doméstica e não um fato público/político, de interesse de toda a sociedade.

(retirar a queixa) na delegacia, passando, então, a poder fazer isto apenas na presença do juiz, pensava-se que esta situação mudaria, contudo o que se percebe na prática das Varas de violência doméstica contra a mulher não é diferente do que se processava nas DEAMs.

Neste sentido, percebe-se que nenhuma das mulheres entrevistadas menciona ter sofrido violência quando perguntadas sobre tal fato, contudo, ao longo de seus relatos, o que se verifica é a prevalência de relações desiguais entre homens e mulheres no interior da família, onde o que predomina é a sobrecarga das mulheres no que se refere aos papéis domésticos e a sua limitação a uma trajetória solitária quando optam por investir em suas trajetórias pessoais – o que poderíamos considerar uma forma de violência psicológica na medida em que o preço que se paga por sua opção é o isolamento social do restante do grupo.

Conforme mencionado anteriormente, do relato de Glória e de Joana, ambas negras, emergem três questões importantes, dentre elas a de raça. Segundo o relato de Glória, todos, sobretudo os pais, a diziam que *“isso não vai dar em nada”* e, muito embora todos aparentemente valorizassem a educação, o que ela ouvia eram cobranças do tipo *“você tem que trabalhar. ‘Tá estudando? Ótimo! Parabéns, Fulando é esforçado!’ Só que trabalhar, no momento, é o mais importante”*. Do relato de Joana emerge a dúvida de seu marido, a ironia no questionar se ela era capaz de passar no vestibular e a afirmação *“isso não é pra nós”* referindo-se à universidade. No estudo de Costa Pinto (1998) sobre a questão racial no Rio de Janeiro encomendado pela UNESCO na década de 1950<sup>8</sup> fica bastante clara a razão histórica destas afirmações no tocante à posição de classe e de raça da maioria dos negros no Brasil. Se por um lado há uma questão objetiva da reprodução imediata que não pode ser ignorada, por outro, há as representações alimentadas décadas a fio em nossa história racista sobre o papel do negro na construção da nação. Ademais, o autor reafirma que, *“meridianamente a identificação objetiva da posição de dominante com a condição de branco”* é o que identifica o negro que *“ousa ascender econômica e intelectualmente”* com a alcunha de *“mulato pernóstico”*. Em tal condição objetiva e subjetiva, este negro (ou negra) precisa, a todo momento, de *“lutar, frontalmente, contra a muralha representada pelas expectativas tradicionais do branco, que não são nada estimulantes e que visam, via de regra, reconduzir*

---

<sup>8</sup> O trabalho de Costa Pinto surge no contexto de sistematização das Ciências Sociais no Brasil em parte como resultado da proposta de Arthur Ramos de um *“programa da Antropologia brasileira”*. Para uma leitura mais geral do contexto do Projeto UNESCO, ver Maio (1999).

*o negro ao seu lugar*<sup>9</sup>.” (Pp.160-1). No caso das entrevistadas, a família foi a primeira instância com a qual elas se depararam que as informou que seu papel na sociedade não estava ligado à universidade. Para Joana, Regiane e Glória, romper com esta situação representou grande mudança na forma como se viam e se entendiam no mundo. Em especial para Glória, que relata: *“Quando eu voltei a estudar, eu descobri que eu era muito mais inteligente que eu pensava.”*

Na tentativa de compreender a teia complexa das relações entre gênero, classe e educação e os vetores que incidem nas trajetórias destas mulheres e na formação de suas concepções de mundo e seu modo de estar nele, além de ficar nítida esta percepção de que elas ainda são vistas e empurradas para o papel de cuidadoras exclusivas dos filhos, também nota-se que emerge nesta configuração um significado importante para a educação para as mesmas: a educação significaria quase que uma redenção, uma alternativa de fuga da condição de pobreza e de invisibilidade social.

Além disto, conseguir vencer o desafio construído socialmente como algo inacessível para a população mais pobre parece mais um objetivo em si mesmo do que um meio para alcançar perspectivas de concretização intelectual, política, artística ou profissional – percepção esta corroborada, por exemplo, pelo fato de Glória (que tanto valor pareceu conferir à educação) pretender permanecer no emprego em que está como trabalhadora doméstica. Neste sentido, na fala de Glória, como também das demais entrevistadas com maior idade (Joana e Regiane), a educação superior guarda um significado simbólico mais próximo a um sonho do que uma função utilitária, mesmo que esta noção não desapareça por completo de seu universo simbólico

A escolha por cursar o ensino superior nos casos das estudantes mais jovens foi quase uma imposição familiar e social com o objetivo de ascensão econômica. *“o que a levou a entrar no ensino superior foi) então, querer ter uma vida melhor, querer ter um emprego.”* (Raquel, 31 anos).; *“Porque isso me dava uma condição melhor de encarar o mercado aí fora, ter um pouco mais renda também”* (Eduarda, 31 anos).; *“um futuro melhor né, pq não dá pra fazer mais nada sem o superior.”* (Geórgia, 20 anos). ; *“(o que me levou a entrar no ensino superior foi) então, querer ter uma vida melhor, querer ter um emprego. Até pq na minha família, não tem ninguém que tem ensino superior ainda..”* (Raquel, 31 anos).

---

<sup>9</sup> Grifos do autor.

Fator importante é a iniciativa dos PVNCs, que tem um lugar de destaque no estímulo às populações mais marginalizadas quanto à possibilidade de ingressarem em um estilo de vida diferente do que comumente é oferecido aos mais pobres pelas estruturas de poder dominantes na sociedade de classes. Ainda no bojo das imposições sociais e econômicas, algo que chama à atenção é a “naturalização” das imposições: a educação formal é algo construído como sendo parte da ordem natural da vida (ver segundo depoimento), mesmo que, no seio das representações sociais do grupo em foco esta educação formal de nível superior seja algo inatingível e inconciliável com a vida das pessoas pobres.

### **Considerações Finais**

Não se pode negar um ganho no tocante à “auto-estima”, à “auto-valorização” destas mulheres enquanto pessoas que conseguiram ascender à condição de “estudantes universitárias”, formando uma identidade positiva, por assim dizer, que faz parte do conjunto de valores nacionais, mas, sobretudo, para as populações mais pobres, que tem na formação uma espécie de esperança guardada, como alguma perspectiva de ascensão econômica e social em termos de status. Contudo, no que se refere à reflexão e automeadiação de classe e gênero, nenhum avanço pôde ser evidenciado em suas falas. Elas permanecem sofrendo violência de gênero e não são capazes de identificar a origem ideológica desta violência, isto quando identificam a violência em si, sendo este dado da naturalização da violência, um elemento, por vezes, contraditório.

Se, por um lado, a violência incomoda quando atinge a um parente que “não deu motivos” para ser executado, por outro, a compreensão de uma violência instituída, estrutural e inerente a um sistema racional de dominação não é aparente em suas falas. Foi possível verificar, a partir do material empírico construído através das entrevistas, diversos elementos que confirmam os pressupostos de pesquisa, e ainda conhecer outros elementos não mensurados no início do processo. Um fato marcante refere-se aos posicionamentos familiares em relação ao empreendimento feminino de estudar: na maioria dos casos, estas mulheres que optaram por sua formação não tem amplo apoio para a consecução de seus estudos, ficando por sua própria conta o sucesso ou fracasso.

Percebe-se também, através de elementos de sua condição sócio econômica, que a maioria delas não faz parte dos estratos mais pobres residentes no município, o que permite afirmar que, embora vivam numa região periférica, o bem educacional não é democraticamente acessado, ficando ainda reservado apenas aos grupos com maior poder

aquisitivo. Outro elemento marcante nas entrevistas foi relacionado às conjugalidades. Embora todas afirmem sua concepção quanto à importância da educação para sua formação pessoal, elementos relacionados às suas vivências afetivas e conjugais ainda se mostram como dificultadores para a consecução de seus cursos, aparentemente ou sutilmente ligados às concepções da ideologia de gênero e à divisão de classe e raça no Brasil. Em nenhum caso foi relatado o uso da violência física por parte dos companheiros, contudo, o uso da violência simbólica e do abandono foram marcantes em vários relatos, indicando que a trajetória educacional da mulher, ainda que permitida, é um caminho a ser trilhado sozinha. Ainda quanto às conjugalidades e ao formato de família das entrevistadas, percebe-se a centralidade da figura do homem enquanto chefe da família, conforme os modelos conservadores determinados tanto pela ideologia de gênero quanto pela feição da família burguesa do modelo capitalista de produção e acumulação. Outro elemento aí ligado refere-se à criação dos filhos, tida exclusivamente como responsabilidade feminina, ainda que, em alguns momentos, compartilhada com algum membro da família, do que resulta muitas mulheres apenas conseguirem ou se permitirem ingressar no sonho da educação superior quando suas “obrigações de mãe” se vêem cumpridas, em muitos casos em idades mais maduras. Neste aspecto, o sonho da graduação parece cada vez mais próximo apenas de uma realização subjetiva quanto ao seu valor pessoal, porém, distante de uma realização a partir da aplicação concreta de suas potencialidades em uma possível carreira profissional. No tocante às percepções das entrevistadas quanto à violência contra a mulher e à violência como um todo, um fato surpreendente se mostrou: a maioria delas não assimila sua condição de vida à violência. Tal fato, decorrente da naturalização tanto da violência de gênero quanto da violência socialmente construída no *ethos* baixadense, mostra-se como uma das principais a serem observadas para a agenda das mulheres da Baixada Fluminense. Na fuga da estigmatização, elas omitem, não reconhecem ou atribuem a outrem as causas da violência quanto inquiridas. Creio que todas estas constatações são decorrentes de uma em especial verificada em uma das questões das entrevistas: a ausência quase total da participação ou do interesse em assuntos ligados a política, tanto na esfera acadêmica quanto no restante dos espaços de sociabilidade de que participam. Portanto, não se trata da “preguiça” dos mais pobres para com assuntos importantes, mas de uma estrutura política regional construída *pari passu* com a história do território simbólico da Baixada Fluminense. Se em décadas precedentes os movimentos sociais baixadenses figuravam como alguns dos mais combativos da história do Rio de Janeiro, brutal progressivamente, ele foi sendo desestimulado até se

transformar em sua grande parte em apatia, resignação ou cooptação. Em meu ver, cabe à universidade o papel de fomentar debates sobre tais questões, forjando oportunidades de estas mulheres, ao menos enquanto estudantes, terem a experiência da participação em totalidades maiores, de definição da vida em sociedade, por meio da participação política e da reflexão academicamente embasada, além da importante e desejosa relação que a universidade deveria ter com a comunidade como um todo em vez de seu isolamento e distanciamento dela. Se a universidade na Baixada Fluminense não pode ser um local de articulação, dadas as condições objetivas de participação política, ao menos, que seja um local de resistência e denúncia, a partir dos intelectuais sérios e certamente conscientes que a compõem. Como diria Gramsci, não existe posição neutra na relação de forças sociais na sociedade capitalista: ou se está do lado da classe trabalhadora, ou se está contra ela.

### Referências bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, APPH/ CLIO, 2003.
- \_\_\_\_\_. Violência e política na Baixada: o caso dos grupos de extermínio. *In: IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE*. (Parceria: CESeC,Fase, Justiça Global, Laboratório de Análises da Violência da UERJ, SOS Queimados e Viva Rio). 2005. Disponível em: <http://redeglobo3.globo.com/relatorio/rjtv/impunidadenaibaixada.doc>. Acesso em: 23/09/2012.
- BARRETO, Alessandra. **Um olhar sobre a Baixada**: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *In: Campos*, Curitiba, v. 5, n. 2, 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 3ª. ed., Cortez, São Paulo, 2007.
- BRAZ, Antonio Augusto & ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias**: encontro com a história da cidade. APPH/Clio, Duque de Caxias, 2010.
- CARRARA (et al). **Gênero** (disciplina 2). Curso de Especialização em gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- COSTA PINTO, Luiz Aguiar da. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- CUNHA, Marina Silva e VASCONCELOS, Marcos Roberto. **Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil**. *In: Economia Aplicada*, v.16, n.1, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Data Publicação Original: 1963. Coletivo Sabotagem. Data da Digitalização: 2004
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniéle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set. p. 5 95-609, set./dez. 2007.
- LESBAUPIN, Ivo. **A democracia e a construção de alternativas**. CEFEP, 2006.
- MAPA DA VIOLÊNCIA – 2012. CADERNO COMPLEMENTAR 1 - HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. FLACSO/CEBELA, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/>. Consultado em 23/09/2012, às 16:34h.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo, São Paulo, 2006.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. *In*: FEGHALI, Jandira; MENDES, Cândido & LENGROBER (Org.). **Reflexões sobre violência urbana: (In)segurança e (Des) esperanças**. Seminário Violência Urbana, Segurança Pública e Cidadania no Rio de Janeiro: Prevenção e Ação. Junho/2003. Editora MAUAD. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Entre o rural e o urbano-industrial: a produção de uma região moderna e as disputas políticas locais**. *In*: *Hidra de Igoassú: caderno de textos sobre história local e regional da Baixada Fluminense*. APPH/Clio, Duque de Caxias, Ano I, nº01, fevereiro de 2012.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Boitempo Editorial, São Paulo, [2003] 2010.